



Governo do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA CONJUNTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR
PROCESSO Nº: E-03/100.427/2007
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO CASA DE CULTURA EDUARDO CABÚS

PARECER CEE Nº 147/ 2009

Nega o pedido de credenciamento e autorização dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para funcionar com o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no eixo de produção cultural e design, com Habilitação Técnica em Artes cênicas, a **Associação Casa de Cultura Eduardo Cabús**, localizada na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 78 (casa), Botafogo, Município do Rio de Janeiro, por não estar em conformidade com as normas previstas na Deliberação nº 295/2005 deste Colegiado.

HISTÓRICO

O senhor Eduardo Cabús, portador da cédula de identidade nº 00404476 SSP/BA, na qualidade de Representante Legal da Pessoa Jurídica denominada **Associação Casa de Cultura Eduardo Cabús**, inscrita sob o CNPJ nº 00131133/0001-05, localizado na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 78 (casa), Botafogo, Município do Rio de Janeiro, vem a este Colegiado requerer o Credenciamento da Instituição para oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Autorização para funcionar com o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Eixo de Produção Cultural e Design, com Habilitação Técnica em Artes cênicas, exclusivamente em sua sede, nos termos da Deliberação nº 295/2005,

CONSIDERANDO:

1- O representante legal declarar ter conhecimento “de toda a Legislação de Educação e a obrigação de cumpri-la sob pena de Lei”, no requerimento inicial do Processo em questão;

2- O não cumprimento na sua íntegra das exigências formuladas e atendimento aos prazos de prorrogação devidamente formulados (**autos fls. 220-221 e 371-372**);

3-“Na hipótese do requerimento inicial não estar instruído com toda a documentação, deverá o requerente ser cientificado de que deve apresentar a documentação faltante no prazo de 10 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, sob pena de arquivamento do requerimento [...] Caso a exigência não seja atendida no prazo avençado, deve o requerimento ser arquivado” - **Ofício SEEDUC/GAB n 931, Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008**;

Processo nº: E-03/100.427/2007

4- Apresentar Proposta Pedagógica sem assinatura e data (**Deliberação CEE n 295/05, Art. 9, inciso X, “regimento escolar e proposta pedagógica da instituição [...]” e Ofício SEEDUC/GAB n 931, Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008, alínea “n” - “Cópia da Proposta Pedagógica datada e assinada pelo Representante Legal”**);

5- Regimento Escolar sem registro. (**Deliberação CEE n 295/05, Art. 9, inciso X, “regimento escolar e proposta pedagógica da instituição [...]” e Ofício SEEDUC/GAB n 931, Rio de Janeiro, 07 de julho de 2008, alínea “m” - “Cópia do Regimento Escolar registrado no cartório de Títulos e Documentos”**);

6- Modelo de Diploma. Apresenta o Decreto 2208 de 17 de abril de 1997 de forma indevida no anverso do Diploma (**Autos fl. 409**);

7- O diretor sem a habilitação acadêmica necessária (**Deliberação CEE n 295/05, Art. 11, § 1. O Corpo Técnico-administrativo, será constituído de Diretor e Diretor Substituto (quando couber), devidamente habilitados na forma da lei, e de Secretário Escolar) – (Autos fl. 104 e declaração fl. 381)**;

8- O Plano de Curso não atende integralmente a Deliberação CEE nº 295, **Art. 12, inciso II, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” (Autos fls 418 - 426)**.

VOTO DO RELATOR

Nego o pedido de credenciamento e de autorização de funcionamento do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Eixo de Produção Cultural e Design, com Habilitação Técnica em Artes Cênicas, da **Associação Casa de Cultura Eduardo Cabús**, localizada na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 78 (casa), Botafogo, Município do Rio de Janeiro, por não estar em conformidade com as normas previstas na Deliberação nº 295/2005 deste Colegiado, determino a notificação ao interessado e o arquivamento do processo.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2009.

José Carlos Mendes Martins – Presidente e Relator
Antonio José Zaib
Antonio Rodrigues da Silva
Leise Pinheiro Reis
Luis Henrique Mansur Barbosa - *ad hoc*
Nival Nunes de Almeida
Paulo Alcântara Gomes

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALA DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 08 de dezembro de 2009.

José Carlos Mendes Martins
Presidente em exercício